

O que pode conter o novo pacote econômico

Medidas deverão permitir ao governo promover ajuste fiscal e controlar déficit externo

REGINA PITOSCIA

Não se sabe se nestes próximos dias ou após o segundo turno das eleições, é certo que o governo Fernando Henrique Cardoso, agora com o respaldo das urnas para a reeleição, deverá adotar medidas para enfrentar

a crise financeira mundial.

Ainda que não estejam sendo esperadas mudanças de impacto, como confisco da poupança, congela mentos ou outros expedientes adotados em vários planos econômicos no passado, não deixa de existir uma preocupação com o conteúdo desse pacote, com a intensidade com que ele deverá atingir o nosso bolso e, ainda, em saber quem vai pagar a maior parte dessa conta, decorrente dos ajustes necessários para sobrevivência do Real.

É sabido que o governo terá de

promover um ajuste fiscal – deixar de gastar mais do que arrecada; e reduzir o déficit externo – insuficiência de dólares para bancar compromissos no exterior.

Salvo surpresas de última hora, para conseguir reduzir o déficit público, as autoridades econômicas devem estar preparando um conjunto de medidas que permitam a ampliação de receitas (aumento de impostos e contribuições, etc.) e o corte de despesas (demissão de funcionários, poda nos investimentos, etc.). Ainda nesse mesmo sentido,

mais cedo do que se imagina, o País deverá contar com uma nova Previdência Social, com as reformas que já estão no Congresso e as mudanças que dependem apenas de lei complementar.

Para aumentar e preservar o nível de reservas, reduzindo nossa dependência em relação ao capital externo, o governo terá de estimular a entrada eibir a saída de dólares dos cofres do Banco Central. Para isso, poderá conce-

der incentivos às exportações e dificultar as importações, ou encarecer gastos feitos por turistas lá fora.

Se o pacote estiver sendo costurado com essas medidas, o que se pode esperar é mais aperto financei-



ro, especialmente para a classe média, caso haja aumento de alíquota do Imposto de Renda para a pessoa física ou da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Além disso, a combinação de juros altos

e corte de gastos do governo deve trazer recessão, aumento do desemprego, e mudanças na relação entre patrões e empregados.

As perspectivas são de tempos dificeis, mas a dimensão dos reflexos que esse pacote pode trazer vai depender muito do grau de credibilidade que o País alcançar ao promover seus ajustes – fiscal e externo. Se as medidas forem bem recebidas e os recursos externos retornarem para ajudar no crescimento econômico, é possível que 1999 não seja tão dramático.